



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP

BRUNO CÉSAR LIMA CHAVES
WANDERLÉA DOS SANTOS SILVA VILELA

DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO AMBIENTE FAMILIAR VIOLENTO:

Uma revisão da literatura Sob a Perspectiva Winnicottiana

MACEIÓ – AL 2022

**BRUNO CÉSAR LIMA CHAVES
WANDERLÉA DOS SANTOS SILVA VILELA**

DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO AMBIENTE FAMILIAR VIOLENTO:

Uma revisão da literatura Sob a Perspectiva Winnicottiana

Trabalho apresentado para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, no 10º período do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), orientado pela Profa. Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO AMBIENTE FAMILIAR VIOLENTO:

Uma revisão da literatura Sob a Perspectiva Winnicottiana

¹ Bruno César Lima Chaves

² Wanderléa dos Santos Silva Vilela

Resumo: O presente estudo tem como finalidade compreender o desenvolvimento infantil no ambiente familiar violento à luz da psicanálise winnicottiana e refletir acerca de suas dificuldades e desafios. Trata-se de uma revisão de literatura sistemática de artigos publicados sobre o tema, do início de 2010 a junho de 2022, nas bases de dados CAPES, SciELO e PePSIC, através dos descritores “Winnicott”, “psicanálise”, “criança”, “desenvolvimento”. Depois do emprego dos critérios de inclusão e de exclusão, foram selecionados seis artigos - esse número reduzido possibilitou verificar que há poucos estudos apoiados no pensamento de Winnicott que façam referência à relação desenvolvimento infantil e violência no âmbito familiar. Conclui-se que a criança que reside num ambiente familiar violento, seja direta ou indiretamente, possui uma falha no processo de amadurecimento e que foram identificadas como insegurança, sentimento de culpa, desenvolvimento de falso *self*, comportamento agressivo, tendência antissocial.

Palavras-chave: psicanálise; Winnicott; desenvolvimento; criança;

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a violência infantil e suas consequências no desenvolvimento da criança que está sendo submetida a esse tipo de ambiente familiar. O interesse pelo tema proposto surgiu a partir das experiências ao longo do curso de Psicologia e, principalmente, nos encontros com crianças e adolescentes no estágio obrigatório de psicologia que foi estudado sob um viés winnicottiano. Os relatos que chegavam em cada sessão geraram a curiosidade e interesse pelo assunto. Sendo assim, buscamos identificar os tipos de violências sofridas por crianças no ambiente intrafamiliar, entendendo que quase sempre esse fenômeno não se limita à violência física, e procuramos analisar os impactos causados no desenvolvimento psíquico da criança, tendo como referencial as contribuições de D. W. Winnicott, com sua Teoria do Amadurecimento.

Segundo Dahlberg e Krug (2006), a Organização Mundial da Saúde define a violência

[...] como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165)

A violência no seio familiar contra crianças e adolescentes tem entrado em estatísticas alarmantes em diferentes partes do mundo, e é importante salientar que “a violência contra estes segmentos da sociedade atinge todas as camadas sociais”, independente da cultura e crenças das mais variadas comunidades (RICAS *et al.*, 2006, p. 2). Seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) feitas em 1996 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ministério da Saúde - gestor federal do SUS no Brasil - declarou que “a violência se constitui em um importante problema para a saúde pública” e, diante disso, publicou “a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (Portaria nº 737/2001)”. Sendo assim, é prerrogativa do Ministério da Saúde notificar às autoridades competentes “casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes (Portaria MS/GM nº 1.968, de 25 de outubro de 2001)” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 7).

Sabe-se que a violência pode gerar problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos capazes de impactar fortemente a saúde das pessoas ao longo de sua existência. Isso reforça a importância de orientar as ações e pactuar estratégias para a

atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, da Política Nacional de Promoção da Saúde e da Política Nacional de Atenção Básica/Primária, entre outras. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 11)

A violência doméstica e/ou familiar contra crianças e jovens não é um fenômeno moderno. Relatos de maus tratos, negligência, abandono, são encontrados na mitologia ocidental, ritos de iniciação ou transições para a vida adulta, que fazem parte da história cultural da humanidade. Por muito tempo, foi uma prática que se estabeleceu sem permissão, pois nas relações estabelecidas, o pai tinha o poder de vida ou morte sobre seus filhos (AZEVEDO; GUERRA, 2003). A violência relacionada à infância faz parte da cultura do Brasil, entre os registros encontrados há relatos que aconteceram entre 30 e 80 anos atrás, quando bater em crianças era muito comum e era uma resposta punitiva de alto nível diante de travessuras ou por comportamentos inadequados como, por exemplo, choro, rebeldia e negligência nos estudos. Essa prática, contudo, pode ser tida como vingativa e/ou opressora se utilizada irracionalmente como uma verdadeira ferramenta de tortura física e mental. No entanto, o castigo corporal nem sempre despertava sentimentos de raiva e injustiça na vítima, pois era considerado não apenas adequado, mas abençoado (e abençoador). Bater em crianças era uma prática sustentada não apenas pela tradição, mas, às vezes, por uma forte crença na sua eficácia educativa (IBID, 2003).

Para acrescentar ao tema, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil, dispõe no seu Princípio 2º que:

A criança gozará proteção social e ser-lhe-á proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança. (SILVA, 2010, p. 109)

Em seu artigo 5º, a Constituição Federal assegura o direito à vida como um direito fundamental. Para a criança e o adolescente esse direito também é assegurado, como deixa claro o artigo 227º dessa mesma Constituição, e impondo à família, à sociedade e ao Estado o dever de colocá-los a salvo devendo-se punir severamente o abuso, a violência e a exploração

sexual (BRASIL, 1988). No entanto, mesmo com essas garantias positivadas, existem dificuldades para manter a proteção integral dessas crianças e adolescentes.

De acordo com o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990), “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 1).

Neste contexto, a discussão supracitada é de extrema importância para a compreensão do problema da violência intrafamiliar e suas consequências para o desenvolvimento da criança. Para tanto, o estudo foi baseado nas teorias de Donald Woods Winnicott, que apresenta contribuições relevantes para o desenvolvimento infantil.

Donald W. Winnicott (1896-1971) foi um pediatra e psicanalista britânico que muito contribuiu no campo psicanalítico através das suas experiências no atendimento clínico infantil. Suas observações e reflexões acerca dos primeiros meses de vida do bebê e sua relação com a mãe, resultaram no que conhecemos como a Teoria do Amadurecimento. Winnicott acreditava que o bebê nasce com uma tendência inata à integração, ou seja, uma predisposição natural para o desenvolvimento, para a formação do ser psíquico. Todavia, para que esse desenvolvimento ocorra de forma esperada, seria necessário um ambiente que oferecesse condições para tal acontecimento, o que o autor chamou de “ambiente suficientemente bom”. Esse ambiente seria ofertado pela mãe do bebê - aqui, se entende por *mãe* a pessoa que desempenhará a função materna, ainda que não seja, necessariamente, a mãe biológica - através de acolhimento e sustentação, facilitando o processo de desenvolvimento do infante. Diante disto, Winnicott chamou essa mãe facilitadora de “mãe suficientemente boa” e destacou que é ela imprescindível ao processo de formação psíquica do novo ser. Quando ocorrem falhas no ambiente, quando essa mãe não oferece - ou oferece de forma deficitária e escassa - esse acolhimento e sustentação, o bebê reage à falha do ambiente, abandonando, mesmo que temporariamente, seu processo natural de desenvolvimento (Winnicott, 1975). Esses conceitos serão discutidos mais adiante.

Visando a contribuir com as pesquisas na área do desenvolvimento infantil em um ambiente violento, e em resposta a essa lacuna identificada na literatura científica, este estudo tem por objetivo analisar, sob a perspectiva winnicottiana, como um ambiente familiar violento pode influenciar no desenvolvimento infantil. Dito isto, o estudo visa colaborar de

forma a expandir o conhecimento acerca desta temática e correlacionar o ambiente violento em que a criança reside e o seu desenvolvimento posterior.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de caráter amplo, apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou “natureza artística” de um determinado tema, do ponto de vista teórico ou contextual (VOSGERAU; ROMANOWSK, 2014). A revisão da literatura possui a finalidade de esquematizar e discutir o conhecimento atual sobre uma determinada questão.

Gil (2002) aponta como uma grande vantagem da pesquisa bibliográfica que é possível para um pesquisador abranger uma gama de eventos muito mais ampla do que se pode pesquisar diretamente. Nesse caso, a escolha desse método de revisão se deu por permitir uma visão geral do objeto de pesquisa. Foi realizada uma revisão sistemática em artigos científicos indexados entre janeiro de 2010 e junho de 2022 nas bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e CAPES. A SciELO é uma biblioteca eletrônica muito utilizada na área da saúde e psicologia e a PePSIC é uma das mais importantes bases de dados que reúne revistas científicas de Psicologia do Brasil. Por último, o CAPES que possui acesso livre a uma gama de conteúdo de qualidade na área da saúde.

Na plataforma SciELO, primeiramente, foi utilizado o descritor "Winnicott", do início de 2010 a junho de 2022, em todos os índices oferecidos pela plataforma. Na busca de novos artigos, pela mesma plataforma, foi optado pela conexão entre “psicanálise” e “criança”. Por último, na mesma plataforma, utilizamos os descritores “Winnicott” e “criança” e “desenvolvimento”, no mesmo ciclo. Já na plataforma PePSIC, o descritor “Winnicott” foi utilizado, de janeiro de 2010 a junho de 2022. Também foram utilizados os descritores “psicanálise” e "criança", do início de 2010 a junho de 2022. Novamente, na plataforma PePSIC, foram utilizados, em conjunto, “Winnicott” e “criança” e “desenvolvimento”, entre janeiro de 2010 a junho de 2022. Por fim, no periódico CAPES, o descritor “Winnicott” foi aplicado de janeiro de 2010 a junho de 2022. Os descritores “psicanálise” e "criança" novamente foram pesquisados no mesmo período de tempo. Para tornar a busca simétrica, foram utilizados conjuntamente os descritores “Winnicott” e “criança” e “desenvolvimento” no período de janeiro de 2010 a junho de 2022. Nas três plataformas empregadas, os

descritores conjugados foram colocados de modo a associar os termos em questão utilizando o operador lógico “and” em todos os índices.

Na base de dados das três plataformas pesquisadas - SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e CAPES - foram selecionadas as publicações das áreas da psicologia e psicanálise. Os critérios de inclusão nessas bases de dados foram: artigos científicos em português completos e disponíveis; publicações feitas entre janeiro de 2010 e junho de 2022; conteúdos relacionados à violência familiar e desenvolvimento infantil, na perspectiva winnicottiana; fatores que remetem aos objetivos do estudo. Os critérios de exclusão: artigos publicados antes de 2010; artigos que não estivessem no idioma português; artigos sem relação articulada com Winnicott e desenvolvimento infantil e violência. A opção por artigos somente em português foi feita com o intuito de reconhecermos os(as) autores(as) nacionais. O período escolhido pelas duas plataformas se deu pelo fato de ser encontrado um número maior de artigos que trouxessem o conteúdo do trabalho proposto. Nenhum dos artigos encontrados na plataforma SciELO foi selecionado, visto que não atendia ao critério de inclusão de artigos que tivessem relação com violência familiar e desenvolvimento infantil sob a ótica winnicottiana. O mesmo ocorreu com os artigos obtidos na plataforma CAPES, pois não atenderam aos critérios de inclusão no que tange ao objetivo proposto.

Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, chegou-se ao resultado de 6 (seis) artigos na plataforma PePSIC, o que foi considerado um número bastante baixo, dada a importância social do tema e a alta incidência, amplamente divulgada estatisticamente. E como o intuito não era identificar um tipo específico de violência, mas a consequência da violência intrafamiliar no desenvolvimento da criança, os artigos trazem casos de maus tratos, abuso sexual, agressões físicas e psicológica, e até mesmo negligência.

Para corroborar a discussão, ainda utilizamos como material complementar, capítulos do livro *Tudo Começa em Casa*, de D. W. Winnicott (1999) e o artigo *A constituição do self a partir das relações familiares abusivas: um enfoque winnicottiano*, de Miura *et al.* (2011).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1: quantidade de artigos encontrados no SciELO

Base de dados	Descritores	Resultados totais	Artigos selecionados
SciELO	Winnicott	70	0
	Psicanálise e criança	54	0
	Winnicott e criança e desenvolvimento	4	0

Quadro 2: quantidade de artigos encontrados no PePSIC

Base de dados	Descritores	Resultados totais	Artigos selecionados
PePSIC	Winnicott	382	2
	Psicanálise e criança	291	1
	Winnicott e criança e desenvolvimento	26	3

Quadro 3: quantidade de artigos encontrados no CAPES

Base de Dados	Descritores	Resultados totais	Artigos selecionados
CAPES	Winnicott e criança e desenvolvimento	14	0
	Psicanálise e criança	146	0
	Winnicott	84	0

Quadro 4: artigos selecionados para a pesquisa

Título	Autoria	Ano de publicação
--------	---------	-------------------

Um estudo de caso sobre adoção de uma criança mais velha	ALVES; HUEB	2022
Onde está a criança? Um caso de amadurecimento precoce e falso <i>self</i>	BARRETO; TOSTA	2017
A vida (in)dizível: a escuta ativa de crianças em acolhimento institucional	ROCHA; HUEB; SCORSOLONI-COMIN	2022
Violência, delinquência e tendência antissocial. Sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro	PAIVA; SAMORA; VILHENA; SILVA	2015
Potencialidades e desafios no trabalho com crianças em situação de risco: reflexões Winnicottianas	BENEDITO; PINHEIRO	2017
Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana	VERCEZE; SILVA; OLIVEIRA; SEI	2015

Os dados acima mostram todos os achados durante o processo de buscas nas Plataformas, evidenciando que apesar de muitos artigos encontrados, poucos foram os que atendiam aos critérios estabelecidos, porquanto, como já citado anteriormente, o presente trabalho tem por objetivo analisar qual(ais) seria(iam) a(s) consequência(s) de um ambiente familiar violento para o desenvolvimento infantil, não sendo necessário especificar um único tipo de violência, mas entendendo que esta pode estar acompanhada de outras violências secundárias, por vezes implícitas, mas, igualmente prejudiciais. Diante da busca por um referencial que pudesse dar luz ao estudo da violência doméstica contra crianças e seus impactos no desenvolvimento infantil, optou-se pela psicanálise de orientação winnicottiana, cujos conceitos fundamentais e teóricos serão apresentados na sequência deste trabalho.

Quando uma criança é submetida a um ambiente no qual existe violência, ocorre uma quebra na proteção e no acolhimento, e isso implica, quase sempre, em consequências negativas em seu processo de amadurecimento. Miura *et al.*, assinalam que a “experiência e vivência de conforto e segurança é registrada psíquica e corporalmente” (MIURA *et al.*, 2011, p. 49), sendo essencial para o desenvolvimento salutar da criança. Os autores complementam:

Este aspecto do registro da experiência psíquica e corporal torna-se, assim, fundamental para a compreensão dos ciclos viciosos de violência nalgumas famílias ao longo de diversas gerações. Se o bebê não teve a experiência de ser cuidado e de se sentir seguro no início de sua vida, tem grande probabilidade de ter dificuldades diante desta experiência quando precisar cuidar. Então, se a mãe não é “suficientemente boa”, a criança não é capaz de iniciar um processo de maturação do ego [...]. (MIURA *et al.*, 2011, p. 50)

Nesse contexto, Rocha *et al.* (2020) produziram um estudo de caso coletivo com cinco crianças institucionalizadas, à espera de um novo lar, retiradas do ambiente familiar por suspeita de violência sexual. Esse estudo foi produzido através de mecanismos lúdicos, considerando o que Winnicott (1975) escreveu: "É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem na sua liberdade de criação", e completa: "é no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*)" (WINNICOTT, 1975, p. 79-80). Como resultado da pesquisa os autores constataram que as crianças demonstravam se sentirem culpadas pelo que lhes aconteceu, elas acreditavam que de alguma forma motivaram a violência sofrida dentro de casa e, por consequência, não se sentiam merecedoras de uma nova chance com outra família - para elas, as famílias adotivas não se interessaram por crianças culpadas. A instituição acolhedora não consegue suprir a carência emocional, causando-lhes insegurança e ansiedade. Para os autores ficaram evidentes as necessidades de cuidado, proteção e afeto apresentadas por todos os participantes do estudo. Foi recorrente a expressão de sentimentos consequentes de conflitos vividos, como culpa, abandono, solidão e tristeza (ROCHA *et al.*, 2020).

De acordo com Miura *et al.* (2011), em situações dessa natureza a mãe/figura materna precisa apresentar-se como “suficientemente boa”, pois só dessa forma a criança será capaz de desenvolver o processo maturacional do ego. E esse processo se apresentará de forma saudável quando há não só uma adaptação do ambiente para com a criança, mas também uma identificação que atendam as necessidades do ego corporal. Os autores salientam ainda que “esse movimento continua em todo processo de amadurecimento” do bebê e que se a mãe é “suficientemente boa”, nessa fase de dependência absoluta do bebê, sendo essa mãe capaz de satisfazer as suas necessidades, isso possibilitará à criança que ela “se relacione subjetivamente (mundo interno, EU)” e, ao mesmo tempo, “parte de seu mundo vai se relacionando objetivamente (não-eu, mundo externo), o que se assume como um movimento

necessário para o processo de integração” dessa criança (IBID, p. 49). Partindo desse pressuposto, ressaltam que

os cuidados maternos constituem para o bebê seu mundo, seu ambiente total. Esse mundo em que o bebê habita é subjetivo, e para que o bebê tenha um desenvolvimento saudável é preciso que o mundo tenha como principal característica ser confiável. A confiabilidade é dada a partir da estabilidade dos cuidados maternos, permitindo ao bebê reconhecer coisas e prever acontecimentos. (MIURA *et al.*, 2011, p. 49)

Alves e Hueb (2022), em seu artigo *Um estudo de caso sobre adoção de uma criança mais velha*, realizaram um estudo baseado na teoria do amadurecimento de Winnicott, no qual analisaram o processo de amadurecimento emocional em uma criança de 9 anos, adotada tardiamente e que sofreu *deprivação*, ou seja, essa criança vivenciou os cuidados necessários no início da vida, mas por motivos outros estes cuidados lhes foram retirados, o que deixou uma lacuna que só foi preenchida com a oferta de um novo ambiente confiável e acolhedor pela família adotiva. O caso estudado pelos autores revela que o tipo de violência sofrida pela criança em seu primeiro ano de vida foi a negligência, que se iniciou mesmo antes do seu nascimento. Nota-se, portanto, a falha ambiental, a interrupção do ambiente suficientemente bom que deveria ser ofertado pela mãe - o que corrobora a premissa de que o “amadurecimento só pode ocorrer se uma pessoa se adaptar de maneira sensível às necessidades da criança” (BARRETO; TOSTA, 2017, p. 174), e essa pessoa é a mãe/figura materna.

Segundo Winnicott, o bebê nasce em uma condição de dependência absoluta à mãe, não só de suas necessidades físicas, mas também psíquicas, pois o ego do bebê apoia-se ao da mãe para se desenvolver. Durante esse período é importante que a mãe consiga perceber as necessidades do bebê, sustentando-o e suprimindo essas necessidades. Quando essa mãe não consegue se identificar com o bebê, ocorre a falha, pois ela não consegue oferecer a sustentação e o acolhimento necessários para o seu potencial desenvolvimento inato (Winnicott, 1999).

A respeito dessa questão, Winnicott ainda considera que:

Com “o cuidado que ele recebe de sua mãe” cada lactente é capaz de ter uma existência pessoal, e assim começa a construir o que pode ser chamado de *continuidade do ser*. Na base dessa continuidade do ser o potencial herdado se

desenvolve gradualmente no indivíduo lactente. Se o cuidado materno não é suficientemente bom, então o lactente não vem a existir, uma vez que não há a continuidade do ser; ao invés a personalidade começa a se construir baseada em reações a irritações do meio. (IBID, 1999, p.53)

Como consequência desse estado de privação, a criança do caso estudado se sentia uma “criança peculiar”, e revelou seu desejo de retornar à família biológica, caso não existisse mais o motivo que levou ao abandono. Vale ressaltar o pensamento de Miura *et al.* (2011, p. 50) ao falarem sobre o desenvolvimento do ego, afirmando que quando o “ego não amadurece, está continuamente à mercê de sofrer uma agonia impensável” e que a única forma de evitar esse sofrimento é através de um ambiente cuidador, no qual a mãe é capaz de prover, de forma saudável, o bebê. Ainda sobre esse processo imprescindível da relação mãe-bebê que culmina, inevitavelmente, na maturação egóica, os autores notificam:

O processo de amadurecimento do ego caminha para o estabelecimento de um self unitário, mas isso depende se a criança sentiu na relação com sua mãe que seu ego estava protegido. Quando as falhas ambientais são contínuas, inúmeras agonias impensáveis são sentidas, constituindo, assim, um padrão de descontinuidade e fragmentação do ser. O desenvolvimento do ego fica sobrecarregado no sentido da psicopatologia. E é isso o que muitas vezes acontece nos casos de violência doméstica. A não proteção que foi sentida desde o início da vida, impede na maioria dos casos o amadurecimento do ego e a possibilidade de estabelecer uma relação vincular de forma saudável. (MIURA *et al.*, 2011, p. 51)

Em casos como o citado anteriormente por Alves e Hueb (2022) - em seu artigo *Um estudo de caso sobre adoção de uma criança mais velha* - em que há violência por negligência, quando a criança não se sente aceita e nem percebida no lar onde se encontra, essa interrupção no processo de maturação do ego acontece. É diante de situações assim que fica evidenciado que o ambiente tem um papel fundamental no processo de amadurecimento, e a mãe “suficientemente boa” é a que proporciona esse ambiente adequado, como já foi dito acima. Partindo daí, todo o processo, quando bem sucedido, leva ao que foi chamado de *self* verdadeiro, conforme ressalta Winnicott:

A mãe suficientemente boa alimenta a onipotência do lactente e até certo ponto vê sentido nisso. E o faz repetidamente. Um self verdadeiro começa a ter vida, através da força dada ao fraco ego do lactente pela complementação pela mãe das expressões de onipotência do lactente. (WINNICOTT, 1983, p.133)

Referindo-se à construção do verdadeiro *self*, Miura *et al.* (2011) destacam:

O verdadeiro self está relacionado com o gesto espontâneo; se o bebê teve a possibilidade de experienciar seus impulsos espontâneos, terá, em potência, um verdadeiro self e um falso self que aqui teria apenas a função de fazer uma ponte entre o verdadeiro self e a realidade exterior. Isso, no entanto, depende de como a mãe respondeu à ilusão de onipotência do bebê, ou seja, de como a mãe atendeu às necessidades do bebê. (MIURA *et al.*, 2011, p. 53)

O bebê só cria seu objeto subjetivo, se teve a possibilidade de experienciar sua ilusão de onipotência, e isso só acontece quando existe uma mãe e um ambiente suficientemente bom. Toda essa dinâmica constitui o mundo subjetivo do bebê. Se a mãe não é capaz de satisfazer as necessidades do bebê e as submete às suas necessidades, dá-se início à constituição do falso self defensivo e patológico, pois o ambiente é tão ameaçador e instável que o falso self se constitui para defender o verdadeiro self. (IBID, p.53)

Dando sequência ao estudo de casos, no artigo de Verceze *et al.* (2015), intitulado *Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana*, temos a figura da criança adotada e o estigma no que tange ao seu passado. As autoras trazem à tona dois casos de família com filhos adotivos que foram vítimas de violência (no caso em questão, uma negligência), e o papel da psicoterapia psicanalítica no que diz respeito à adaptação e readaptação familiar, tanto para os membros do novo lar quanto para os(as) adotantes. Os pais adotivos precisam compreender e, não obstante, aceitar que existe/existiu um passado traumático para a criança adotada (VERCEZE *et al.*, 2015). É de suma importância que a vida pregressa da criança adotada seja discutida pelos pais e não negligenciada, tornando um ambiente acolhedor no qual a criança possa obter mais confiança. Alves e Hueb (2022) enfatizam o fato de que a criança só conseguirá o amor dos pais quando ela mesma obtiver a capacidade de amar. Para isso, é necessário que os pais transmitam segurança, que caminhem lado a lado no que diz respeito às indagações dessa criança e que consigam entender o que ela sente tanto no que se refere a sua adoção, quanto ao lugar que se constitui como seu novo lar. A vida passada da criança, ou seja, antes da adoção, com sua família de origem, não deve ser esquecida, pelo contrário, é pela história pregressa e com ajuda dos pais que pode se tornar possível à criança superar o medo do abandono (ALVES; HUEB, 2022). Winnicott lança mão de uma reflexão no que diz respeito ao processo de adoção e à história pregressa do(a) adotado(a):

Os problemas aqui se relacionam muito à psicologia da criança que sofreu privações, e quando a história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, a mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso, e ao se tornar mãe, ela passa a ser terapeuta de uma criança carente. Ela pode ter sucesso, porque a terapia que está proporcionando é exatamente a terapia da qual a criança precisa; mas o que ela fizer como mãe, e o que o pai fizer como pai, terá de ser feito mais deliberadamente, com mais conhecimento do que está sendo feito e repetidamente, ao invés de apenas uma vez, porque a terapia é mais complexa do que o bom manejo comum. (WINNICOTT, 1953/1997, p. 117)

Ainda no que se refere à dificuldade do processo de adoção, como Gomes (2006, *apud* VERCEZE *et al.*, 2015) realça, a *deprivação* diz respeito a algo que a criança tinha - uma experiência positiva, por exemplo - mas que lhe foi retirado; assim sendo, pela ausência prolongada, a criança já não consegue guardar essas boas lembranças. Essa falta, decorrente de uma falha ambiental, deixa uma marca na criança, fazendo com que ela suspeite do ambiente ao qual está. Verceze *et al.* (2015) advertem que as condutas antissociais dos adotados representam um chamado, uma forma de pedir “ajuda”, a busca dessa criança por um ambiente que não seja falho, que lhe traga confiança - em outras palavras, um “ambiente suficientemente bom”. Ressalta-se que os pais precisam ter consciência do passado da criança adotada para que assim possa lhe trazer segurança e confiança, possibilitando ainda mais a recuperação e desenvolvimento saudável do adotado. Esses fatores geram obstáculos tanto para os pais, que por muitas vezes não compreendem o passado da criança adotada, quanto para as próprias crianças que serão colocadas num novo ambiente. As relações estabelecidas entre a criança e seus cuidadores refletirão seu desenvolvimento psicológico, cognitivo, comportamental, especialmente no que diz respeito a sua saúde mental. Conforme pontuam Miura *et al.* (2011), “crianças que viveram direta ou indiretamente situações de violência têm maiores propensões a se tornarem agressores ou vítimas de agressão”, bem como podem ser propensas a “terem dificuldade em estabelecer vínculos” e a desenvolverem “distúrbios psicopatológicos como personalidade borderline, personalidade antissocial entre outras” (IBID, p. 46).

Os artigos de Alves e Hueb (2022), de Verceze *et al.* (2015) e Rocha *et al.* (2020) tecem pontos bastante em comum no tocante a crianças adotadas, sobretudo em casos de negligência da família de origem, como é o caso dos dois artigos supracitados. O papel dos pais em estar presente nas inseguranças das crianças e de ouvir sobre sua vida antes da adoção é de suma importância para o seu amadurecimento emocional, assim como também Winnicott (1953/1997) conscientiza que a mãe da criança adotada também possui papel fundamental de

terapeuta e é esse papel que a criança irá precisar para poder se sentir segura num ambiente novo e desconhecido por ela, ressaltando que os pais precisam ter ciência da importância de que o cuidado deve ser assíduo e continuado e que, também, posteriormente, uma terapia familiar ajudará no processo de maturação da criança. Sobre esse processo, mais uma vez Miura *et al.* assinalam que, apesar de o processo de amadurecimento ser considerado por muitos estudiosos como algo inato, ele não vai se desenrolar automaticamente, ao contrário, “para acontecer, o bebê depende fundamentalmente da presença de um ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons” (MIURA *et al.*, 2011, p. 48) e em sequência explicitam:

O ambiente facilitador é a “mãe suficientemente boa” (Winnicott, 1959/1994), definida como a mãe capaz de reconhecer e atender as necessidades do bebê, em função de um processo identificatório específico. A mãe facilita o processo de amadurecimento do bebê, e é “boa” porque atende às necessidades do bebê e não, linearmente, apenas às suas. No entanto, é sempre uma mãe falível, porque humana. (IBID, p. 48)

Todavia, quando há falha no ambiente, quando a mãe não consegue sustentar e acolher esse bebê, surge o que Winnicott chamou de falso *self*. Retratando esse fenômeno, Barreto e Tosta (2017) apresentam um estudo de caso clínico de uma menina de 7 anos em acompanhamento há um ano, que possibilita, a partir do olhar clínico e fundamentos da teoria winnicottiana, a construção de hipóteses sobre o amadurecimento precoce e a consolidação de um falso *self* submisso ao meio.

O caso em questão apresenta como cenário real um ambiente familiar violento, onde a criança - que sofria maus tratos - acabou por desenvolver um falso *self* sob a forma de amadurecimento precoce, adotando uma postura adulta e se moldando ao meio para não sucumbir (provavelmente, como forma de sobrevivência psíquica). O falso *self* “organiza-se para ocultar e proteger o *self* verdadeiro contra a exploração que resultaria em aniquilamento” (BARRETO; TOSTA, 2017, p. 176). Ele começa a se desenvolver como uma forma do bebê se submeter e se adaptar ao meio quando a mãe não suficientemente boa falha repetidamente em satisfazer o gesto espontâneo do bebê, cuja fonte é o *self* verdadeiro. Barreto e Tosta (2017) trazem ainda a importância do acolhimento do falso *self*, a consistência do psicoterapeuta de sustentação do *setting* e o respeito ao tempo do paciente, para que seja possível a apresentação da espontaneidade característica correspondente a idade e quebra do

falso *self*, o que viabiliza a apresentação do *self* verdadeiro (IBID, p. 176). A importância do psicoterapeuta pode ser conferida conforme Winnicott coloca:

[...] afirmei que o analista está preparado para esperar até que o paciente se torne capaz de apresentar os fatores ambientais em termos que permitam sua interpretação como projeções. Nos casos bem escolhidos este resultado vem da capacidade do paciente de confiar, que é redescoberta na consistência do analista, na situação profissional. [...] e no caso que é mal escolhido para a psicanálise clássica é provável que a consistência do analista seja o fator mais importante (ou mais importante do que as interpretações), porque o paciente não experimentou tal consistência no cuidado materno na infância, e se tiver de utilizar essa consistência terá que encontrá-la pela primeira vez no comportamento do analista. (WINNICOTT, 1983, p. 39)

Neste contexto, Paiva *et al.* (2015), em seu artigo *Violência, delinquência e tendência antissocial - sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro*, objetivaram analisar os alcances e limites da atuação do psicólogo a partir de um projeto social em uma comunidade considerada violenta, e que acolhe crianças vítimas dessa violência social. Os autores não trouxeram o tipo específico de violência que as crianças sofreram, o foco da pesquisa foi discorrer sobre o amparo afetivo e como este foi interrompido, articulando, assim, sobre os conceitos winnicottianos de *deprivação* e *privação*. Sobre relações saudáveis na tenra infância, Miura *et al.* (2011) sinalizam o quanto são de fundamental importância, principalmente no que concerne à saúde mental, e também enfatizam as possíveis consequências no desenvolvimento das crianças que experienciaram cenas de violências - como, por exemplo, a disposição das vítimas de violência, seja ela direta ou indiretamente, para se tornarem violentas ou desenvolverem distúrbios no decorrer da vida. Quando se pensa em integração familiar, é pensado num desenvolvimento saudável entre os pais e a criança tendo como escopo a integração psíquica de todos no ambiente parental. Já a desintegração familiar diz respeito a alguma falha ambiental, gerada por algum “evento” conflituoso - podendo ser uma doença ou relações abusivas - que pode interferir na vida da criança de forma severa (MIURA *et al.*, 2011). Sendo assim, os estudos de casos que são relatados no artigo de Paiva *et al.* (2015) nos remetem à ausência da “mãe suficientemente boa”, do “ambiente suficientemente bom”.

Segundo Winnicott, a existência de uma mãe suficientemente boa é imprescindível para o desenvolvimento emocional da criança:

Do ponto de vista da saúde mental, a mãe (se agir de forma adequada) estará também criando os fundamentos da força de caráter e da riqueza de personalidade do indivíduo. A partir de uma tal base positiva, o indivíduo tem, com o passar do tempo, uma oportunidade de lançar-se no mundo de uma forma criativa, e de desfrutar e usar tudo aquilo que o mundo tem a lhe oferecer, inclusive o legado cultural. Infelizmente, é uma grande verdade que, se uma criança não começar bem, então poderá não desfrutar do legado cultural e a beleza do mundo não passará de um colorido torturante, impossível de desfrutar. (WINNICOTT, 1999, p. 21)

Ressalte-se, porém, que o termo “mãe” é utilizado como símbolo, podendo ser qualquer indivíduo que assuma esse papel, como no caso de um dos relatos em que a função materna foi exercida por um homem, seu pai. Ou seja:

A mãe suficientemente boa (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração. Naturalmente, a própria mãe do bebê tem mais probabilidade de ser suficientemente boa do que alguma outra pessoa, já que essa adaptação ativa exige uma preocupação fácil e sem ressentimentos com determinado bebê. Na verdade, o êxito no cuidado infantil depende da devoção, e não de "instinto" ou conhecimento intelectual. (WINNICOTT, 1975, p. 25)

No trabalho de Paiva *et al.* (2015), os autores expuseram o conceito de *deprivação*, abordando o comportamento antissocial e delinquência em Winnicott, e para uma melhor compreensão de como um ambiente violento pode causar danos ao desenvolvimento da criança, relataram dois casos onde vítimas de violência doméstica, apresentaram comportamentos antissociais, como consequência da violência sofrida. Na *deprivação* a criança tinha algo bom e que havia sido benéfico para ela, porém lhe foi retirado, ainda na fase da dependência relativa. Nesse período, a criança começa a entender que não é única, que é separada do todo, começa a compreender os objetos ao redor e que há um ambiente externo ao seu (Paiva *et al.*, 2015). Essa falha gerada pela *deprivação* se prolonga no tempo e se mantém no inconsciente da criança. O ambiente acolhedor em algum momento falhou, e o psicoterapeuta é/será o responsável por oferecer condições para que o processo de desenvolvimento fosse retomado. Já na *privação*, de acordo com Bogomoletz (2008, *apud* Paiva *et al.*, 2015), a criança não chegou a ter alguma coisa, ou seja, *privação* seria aquilo que nunca foi dado à criança. Ainda segundo Paiva *et al.* (2015), na concepção winnicottiana as memórias traumáticas das crianças que sofreram falhas ambientais (como *deprivação* e *privação*) nunca irão desaparecer. Reforçando sua teoria, Winnicott (2000) afirma que a

criança tem a possibilidade de recuperação, porém o tratamento para uma tendência antissocial se dá por meio de um ambiente amoroso e firme, que dê sustentação. Diante dos casos estudados por Paiva *et al.*, os autores depreenderam que o projeto social se tornou um ambiente suficientemente bom para essas crianças, uma provisão adequada, oferecendo acolhimento e sendo continente, para que as histórias tivessem a possibilidade de serem reescritas.

Benedito e Pinheiro (2017), em seu artigo “Potencialidades e desafios no trabalho com crianças em situação de risco: reflexões Winnicottianas”, trazem reflexões acerca da problemática das violências que afetam crianças e adolescentes integrantes de um Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial. Suas observações se deram a partir da convivência com usuários de substâncias psicoativas e suas relações com a saúde, a alimentação e a higiene, a violência física, psicológica e sexual - sofridas por essas crianças e adolescentes, na maior parte dos casos em ambiente familiar. A experiência prática de uma das autoras, atuando como profissional no Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial das Varas da Infância e Juventude (NIAPVIJ), demonstrou que o ambiente é entendido a partir da ideia de que deve oferecer um espaço confiável no qual os potenciais das crianças possam se desenvolver e sua subjetividade emergir. As autoras constataram que as crianças cujas situações lhes são encaminhadas, possivelmente já se defrontaram com falhas ambientais e que as medidas protetivas aplicadas anteriormente não foram eficazes, de modo que o acolhimento institucional se fez necessário, podendo culminar em adoção. Para isso, o entendimento do ambiente suficientemente bom se mostrou essencial, o que faz pensar que nem sempre a falha ambiental é corrigida, e que dessa forma, a prática profissional em ambientes institucionais se torna indispensável no processo de desenvolvimento emocional, trazendo uma compreensão crítica sobre as potencialidades de atuação profissional diante das possíveis marcas deixadas no desenvolvimento emocional das crianças e dos adolescentes em decorrência da ausência de um ambiente suficientemente bom. Assim como Paiva *et al.* (2015), as autoras enfatizam a importância do psicoterapeuta no processo de retomada do ponto onde houve a falha ambiental, cabendo ao profissional oferecer o acolhimento e sustentação necessários, pois para Winnicott a criança tem a possibilidade de se recuperar, dependendo do grau de perda de consciência, do ódio e da capacidade primária para amar, embora as marcas continuem.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como proposta estudar as relações entre o desenvolvimento infantil e o ambiente familiar violento, bem como suas possíveis consequências, na perspectiva winnicottiana. A partir da revisão de literatura sobre o tema, os artigos selecionados, juntamente com os materiais que serviram de apoio ao tema, infere-se que a criança que reside num ambiente familiar violento, seja direta ou indiretamente, possui uma falha no processo de amadurecimento e que foram identificadas como insegurança, sentimento de culpa, desenvolvimento de falso *self*, comportamento agressivo, tendência antissocial. Em todos os artigos, as consequências da violência no ambiente familiar foram danosas para o desenvolvimento da criança, revelando a importância de se debater o tema, posto que possivelmente esses danos a acompanharão ao longo do desenvolvimento, tornando-se permanentes e definitivos.

A violência para com a criança, independentemente de sua modalidade, gera impactos desastrosos no desenvolvimento infantil e, caso se prolongue, tais consequências podem perdurar pelo resto da vida de um indivíduo, podendo transformá-lo em agressor ou vítima de agressão, potencializando sua dificuldade em se relacionar com o outro, alterando comportamentos ou desenvolvendo problemas psicopatológicos como personalidade borderline, personalidade anti-social, entre outras, como pontuaram Miura *et al.* (2011). De modo semelhante, Winnicott (1983) adverte sobre as graves consequências psíquicas às quais pode estar submetida uma criança em fase precoce do desenvolvimento, quando vive em um ambiente que não é suficientemente bom.

Destarte, essa revisão da literatura produz reflexões importantes a respeito do tema sob a luz da psicanálise. Os artigos encontrados e estudados se relacionam e nos trazem resultados a respeito das consequências no desenvolvimento infantil da criança que perpetuam um ambiente falho. Não obstante a carência de literaturas sob o viés winnicottiano que abordem este tema - pois não encontramos tantos materiais quanto gostaríamos -, não poderíamos deixar de salientar sua relevância científica não somente para o meio acadêmico, mas também para a sociedade de uma forma geral. Logo, com este trabalho, intencionamos propalar o conhecimento acerca desta temática, tendo em vista a importância do desenvolvimento da criança em seu ambiente familiar e os prejuízos resultantes da violência nessa fase da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.R.; HUEB, M.F.D. Um estudo de caso sobre adoção de uma criança mais velha. **Rev. SPAGESP**: Ribeirão Preto, 2022 (vol.23, no.1, jan./jun. 2022).

AZEVEDO M.A.; GUERRA, V.N.A. **Um cenário em (des)construção**. Unicef: São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acesso em: 4 de Ago./2022.

BARRETO, A.X.; TOSTA, R.M. Onde está a criança? Um caso de amadurecimento precoce e falso *self*. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**: São Paulo, 2017 (v..37, n.93, p. 171-185).

BENEDITO, M.B.; PINHEIRO, N.N.B.. Potencialidades e desafios no trabalho com crianças em situação de risco: reflexões Winnicottianas. **PePsic**: Barbacena, 2017 (Mental: v. 11, n. 21, p. 469-485, dez. 2017). Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de Ago./2022.

BRASIL. Lei no. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília-DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 12 de Jan./2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988 (p. 133).

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**: 2006 (v. 11, p. 1163-1178 - Epub 17 Dez 2007. ISSN 1678-4561). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>>. Acesso em: 20 de Mar./2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE / Secretaria de Atenção à Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situações de Violências. **Série F. Comunicação e Educação em Saúde**: Brasília-DF, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf>. Acesso em: 20 de Set./2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ/MPPR. Criança e Adolescente: Declaração Universal dos Direitos da Criança. MPPR: Curitiba, Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1069.html#:~:text=A%20crian%C3%A7a%20gozar%C3%A1%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social,condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20liberdade%20e%20dignidade.>>>. Acesso em: 20 de Mar./2022.

MIURA, P.O.; NETO, A.N.; PAIXÃO, R.; RODONDO, A.J.L. A constituição do self a partir das relações familiares abusivas: um enfoque winnicottiano. **Psi. Rev.**: São Paulo, 2011 (v.20, n.1, p. 43-66). Disponível em:

<file:///C:/Users/adeil/Downloads/6792-Texto%20do%20artigo-16494-1-10-20110829.pdf>.
Acesso em: 22 de Jan./2022.

PAIVA, Rosa Lucia Soares *et al.* Violência, delinquência e tendência antissocial - sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro. **PePsic**: Rio de Janeiro, 2015 (Estud. pesqui. psicol.: v. 15, n. 3, p. 891-915, nov). Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 de Jul./2022.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. A supraestatalidade dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes: da teoria ponteana às perspectivas universalistas contemporâneas. RMDUFAL: Maceió, 2010 (v. 1, n. 1, p. 96-114, jul./dez.). Disponível em:

<file:///C:/Users/adeil/Downloads/279-Texto%20do%20Artigo-1000-1-10-20110830.pdf>.
Acesso em: 20 de Mar./2022.

RICAS, J.; DONOSO, M.T.V.; GRESTA, M.L.M. A violência na infância como uma questão cultural. Scielo: Florianópolis, 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tce/a/m4LN5G9kvr5sZ9kPNKLpCxb/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 20 de Set./2022.

ROCHA, I.S.; HUEB, M.F.D.; COMIN, F.S. A vida (in)dizível: a escuta ativa de crianças em acolhimento institucional. **PePsic**: São Leopoldo, 2020 (Contextos Clínicos: v.13 no.1, jan./abr.). Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822020000100008>.
Acesso em 13 de Ago./2022.

VERCEZE, Flávia Angelo *et al.* Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. **Rev. SPAGESP**: Ribeirão Preto, 2015 (v. 16, n. 1, p. 92-106). Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 de Ago./2022.

VOSGERAU, D.S.A.R; ROMANOWSKI, J.P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educacional**: Curitiba, 2014 (v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr.). Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424009.pdf>>. Acesso em: 20 de Jun./2022.

WINNICOTT, D.W. Duas crianças adotadas. In R. Sheperd, J. Johns, & H. T. Robinson (Orgs.) *Pensando sobre crianças* (pp. 115-125). Artes Médicas: Porto Alegre, 1997 (Original publicado em 1953).

WINNICOTT, D.W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Artmed: Porto Alegre, 1983 (268p).

WINNICOTT, D.W. **Os bebês e suas mães**. Fontes: São Paulo, 1999 (2ª ed.).

WINNICOTT, D.W. **O Brincar e a Realidade**. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1975.

WINNICOTT, D.W. (1958). **Da Pediatria à Psicanálise**. Editora Imago: Rio de Janeiro, 2000.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa.** Fontes: São Paulo, 1999 (3ª ed).